

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Caroline Bueno Peffer

**A IMPORTÂNCIA DE EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

FLORIANÓPOLIS
2023.2

Caroline Bueno Peffer

**A IMPORTÂNCIA DE EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de graduação Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz

FLORIANÓPOLIS

2023.2

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Peffer, Caroline Bueno

A importância de equipes multiprofissionais na
educação básica / Caroline Bueno Peffer ;
orientadora, Eliete Cibele Cipriano Vaz, 2023.
58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2023.

Inclui referências.

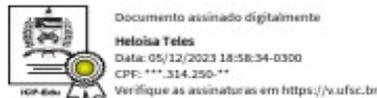
1. Serviço Social. 2. Serviço Social. 3. Educação Básica.
4. Equipe Multiprofissional. I. Vaz, Eliete
Cibele Cipriano . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Caroline Bueno Pepper

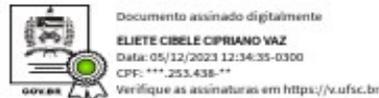
A importância de equipes multiprofissionais na educação básica

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

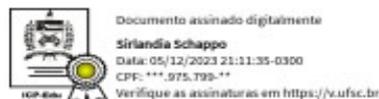
Local: Florianópolis, 01 de dezembro de 2023.



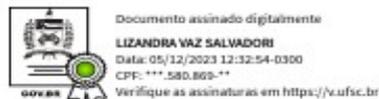
Prof.^a Heloisa Teles, Dr.^a
Coordenadora do Curso



Prof.^a Eliete Cibele Cipriano Vaz, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a Sirlândia Schappo, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina



Ma. Lizandra Vaz Salvadori
Marista Escola Social São José

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me incentivou e acreditou em mim e nas minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, e a todos os seres de luz que me guiaram sempre para o melhor caminho, por me mostrarem que tudo tem o tempo certo para acontecer.

A minha família, especialmente minha mãe Sueli de Fátima e o meu irmão gêmeo Cleiton Bueno, por não me deixarem desistir e me dar forças quando eu mais precisava, e além de tudo, me proporcionarem condições para concluir a graduação.

As minhas amigas de Curso, Regiane Botelho e Sofia Bello pela parceria e pelas palavras de incentivo, por compartilharmos momentos de alegria e também frustrações, as levarei em meu coração.

Ao Marista Escola Social São José pela oportunidade de estágio na área da educação, a qual nunca imaginei atuar, mas que no decorrer deste processo acabei me apaixonando.

A supervisora de campo de estágio Lizandra Salvadori, por me transmitir seu conhecimento e por se tornar uma referência profissional para mim.

A Profa. Eliete Cibele Cipriano Vaz, que me orientou durante a construção deste trabalho, com muita paciência e empatia.

Enfim, agradeço a todos/as que fizeram parte desta etapa, e que contribuíram de alguma forma para a realização desta conquista.

Muito Obrigada!

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta a importância de equipes multiprofissionais na educação básica, tem como objetivo geral analisar as principais contribuições da equipe multiprofissional na educação básica, os objetivos específicos são: apresentar aspectos históricos acerca da inserção do serviço social na área da educação; identificar as contribuições e desafios do serviço social na política de educação, apresentar a experiência de equipe multiprofissional em uma escola de ensino fundamental e médio o Marista Escola Social São José, tendo como base o relato de estágio; analisar dados socioeconômicos dos estudantes atendidos pela equipe multiprofissional. Esta pesquisa foi elaborada com base na abordagem quanti-qualitativa, de cunho exploratório. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram, observação, revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de dados. O conteúdo discorre sobre a inserção do assistente social na equipe multiprofissional na área da educação, demonstrando a contribuição do Serviço Social em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Apresenta as possibilidades e desafios do serviço social nesta área, a contribuição que esses profissionais podem prestar na universalização do acesso, nas ações de acesso e permanência nas escolas, na melhoria da qualidade da educação e no enfrentamento às demandas que surgem no espaço escolar. Expõe relato de estágio, que conta com a análise de dados do perfil socioeconômico de estudantes dos anos finais do ensino fundamental da escola, com vistas a demonstrar o trabalho multiprofissional realizado na instituição. Com o levantamento de dados dos estudantes verificou-se que o motivo dos atendimentos que mais se destacou foi o de saúde mental, a maior parte dos atendidos eram alunos do 9º ano. A equipe multiprofissional do Marista escola social São José pensou em ações frente às demandas apresentadas como por exemplo: e-mail formativo para os profissionais da escola, reuniões semanais com o conselho da comunidade escolar, formação com a rede socioassistencial, formações com os estudantes, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão com infrequência ou em risco de evasão.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Básica; Equipe Multiprofissional.

ABSTRACT

This Course Completion Work presents the importance of multidisciplinary teams in basic education. Its general objective is to analyze the main contributions of the multidisciplinary team in basic education. The specific objectives are: to present historical aspects about the insertion of social work in the area of education; identify the contributions and challenges of social work in education policy, present the experience of a multidisciplinary team in a primary and secondary school, the Marista Escola Social São José, based on the internship report; analyze socioeconomic data of students served by the multidisciplinary team. This research was developed based on a quantitative-qualitative approach, with an exploratory nature. The data collection instruments used were observation, bibliographic review, documentary research and data analysis. The content discusses the insertion of the social worker in the multidisciplinary team in the area of education, demonstrating the contribution of Social Work in defense of free, secular and quality public education. It presents the possibilities and challenges of social work in this area, the contribution that these professionals can make in universalizing access, in actions to access and stay in schools, in improving the quality of education and in facing the demands that arise in the school space. It presents an internship report, which includes the analysis of data on the socioeconomic profile of students in the final years of primary education at the school, with a view to demonstrating the multidisciplinary work carried out at the institution. With the collection of student data, it was found that the reason for the services that stood out the most was mental health, the majority of those served were 9th grade students. The multidisciplinary team at Marista Escola Social São José thought of actions in response to the demands presented, such as: training email for school professionals, weekly meetings with the school community council, training with the social assistance network, training with students, control and monitoring of children and adolescents who are infrequent or at risk of dropping out.

Keywords: Social service; Basic education; Multidisciplinary team.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEC Associação Brasileira de Educação e Cultura
ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APC Associação Paranaense de Educação e Cultura
APOIA Programa de Combate à Evasão e Infrequência Escolar
CAPSi Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil
CEP Código de Ética Profissional do Assistentes Social
CFESS Conselho Federal de Serviço Social
CFP Conselho Federal de Psicologia
CPMS Círculo de Pais e Mestres
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CRESS Conselho Regional de Serviço Social
DEEB Diretoria Executiva de Educação Básica
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LDB Lei de Diretrizes e Bases
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
MP Ministério Público
OMS Organização Mundial da Saúde
PL Projeto de Lei
UCE União Catarinense de Educação
UBS Unidade Básica de Saúde
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UMBRASIL União Marista do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	15
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	15
2.2 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO.....	24
3. A EXPERIÊNCIA DE EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NO MARISTA ESCOLA SOCIAL SÃO JOSÉ.....	30
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	30
3.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO: ANÁLISE DE DADOS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	33
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	40
3.3.1 Demandas que mais emergiram na escola.....	41
3.3.1.1 Violência Intrafamiliar.....	41
3.3.1.2 Violência escolar.....	43
3.3.1.3 Infrequência e evasão.....	45
3.3.1.4 Saúde mental.....	46
3.3.2 Ações da equipe multiprofissional.....	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA DE DADOS.....	58

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar as principais contribuições da equipe multiprofissional na rede de educação básica, e como objetivos específicos: apresentar aspectos históricos acerca da inserção do serviço social na área da educação; identificar as contribuições e desafios do serviço social na política de educação, apresentar a experiência de equipe multiprofissional em uma escola de ensino fundamental, através de relato de estágio; analisar dados socioeconômicos dos estudantes atendidos pela equipe multiprofissional.

A aproximação com este tema teve início a partir da experiência de estágio supervisionado II e III, onde se colocavam como demandas para a equipe de serviço social da instituição questões de saúde, saúde mental, evasão escolar, faltas, bullying, cyberbullying, conflitos entre estudantes e família e/ou professores, gravidez na adolescência, violências (física, sexual, psicológica, negligência), falta de vínculo com a escola. Com a alta demanda de casos de saúde mental, a escola contratou um psicólogo no início do ano de 2023, para integrar a equipe do serviço social, que passou a se chamar equipe psicossocial, visando um atendimento mais efetivo.

O estágio teve início em 2022.2 a 2023.1, na instituição de ensino Marista Escola Social São José¹, escola privada que possui parceria com o município de São José, no Estado de Santa Catarina. A acadêmica estava inserida no segmento dos anos finais, que compreende os alunos de 6º a 9º ano do ensino fundamental.

A inserção dos assistentes sociais na política de educação ocorreu em 1946 no estado do Rio Grande do Sul, mas é a partir de 1990 com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, e o reconhecimento da educação como direito social na Constituição Federal de 1988, onde pauta a educação como direito de todos e dever do Estado e da família em seu artigo 205º, que se “aponta para a contribuição que o serviço social pode dar nesta política social” (Martins, 2007, p. 80). Em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Considerando “a

¹O Marista Escola Social São José, pertence ao Grupo Marista que assessora e coordena o trabalho de 20 escolas sociais, que funcionam em territórios em extrema pobreza, com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para meninos e meninas cujas famílias estejam em situação de risco social (PPP Marista, 2022, p. 19). O seu funcionamento será aprofundado mais adiante, na seção 3.

defesa dos direitos humanos e a ampliação e consolidação da cidadania” (Brasil, 1993).

E, após a aprovação de leis complementares que sucederam a Constituição Federal (1998), se enfatiza a importância do serviço social voltado à área da educação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), este estabelece a “proteção integral” a crianças e adolescentes e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), que vincula a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social.

Em vista disto, com a democratização do acesso da classe popular à escola pública, as expressões da questão social são cada vez mais comuns no ambiente escolar, como a falta de condições financeiras, violações de direitos, falta de serviços de saúde, moradia, emprego, transporte, alimentação entre outras, dificultam a permanência, a aprendizagem e conseqüentemente o sucesso desses estudantes na escola. Sendo assim, a rede de proteção social mostra-se imprescindível no que se refere à garantia de condições humanas e sociais a esses usuários.

Diante da complexidade dessas questões que se manifestam nas escolas, como o alto índice de violência, o uso de drogas, o narcotráfico, a gravidez na adolescência, o aumento do trabalho infantil a precariedade das condições de vida da população, entre outras expressões da questão social. Fica evidente a necessidade da intervenção conjunta de profissionais no enfrentamento desta realidade, visto que a instituição escolar é considerada um espaço ideal para se desenvolver ações preventivas e educativas. A escola tanto pode trabalhar a temática da prevenção das violências, como pode ser a perpetuadora das violências, dependendo da condução das relações cotidianas, da ideologia institucional e da postura dos profissionais.

Assim sendo, o assistente social atua com respaldo na Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão, no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CEP) de 1993, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, essas normativas destacam a perspectiva crítica adotada pela categoria profissional no processo de inserção na área da educação e em defesa dos direitos humanos. A contribuição que esses profissionais podem prestar na educação refere-se à universalização do acesso, ações de inclusão e permanência nas escolas, na melhoria da qualidade da educação e no enfrentamento às demandas que surgem nas escolas.

Considerando os aspectos mencionados, se justifica a necessidade de criação de um instrumento para reorganizar e fortalecer o trabalho dos assistentes sociais na educação. A Lei 13.935/2019 estabelece a necessidade de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Até sua aprovação, foram quase 20 anos de luta, essa lei representa um importante avanço na garantia do direito à educação e na qualidade do ensino prestado a todos.

Visando relatar a experiência de equipe multiprofissional no Marista Escola Social São José, primeiramente a autora discorre sobre a contextualização da escola. Os Maristas se encontram em 23 estados e no Distrito Federal, se organizam em três unidades administrativas: Província Marista Brasil Centro-Norte, Província Marista Brasil Centro-Sul (Grupo Marista) e Província Marista Brasil Sul – Amazônia (Rede Marista).

Estão presentes em quatro fontes de atuação: educação, saúde, comunicação e solidariedade, mantidas através de um grupo de mantenedoras, dentre elas, três se destacam pela natureza filantrópica.

Há unidades do Grupo Marista (Província Marista Brasil Sul), nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, no Distrito Federal e na cidade de Goiânia, coordenando e acompanhando projetos e programas que defendem os direitos das crianças e dos jovens. As Escolas Sociais situam-se em territórios de extrema pobreza, com o objetivo de garantir educação de qualidade para crianças e jovens que estejam em situação de vulnerabilidade social.

O Marista Escola Social São José é uma instituição privada, de natureza filantrópica vinculada à política de Educação do Município e, atualmente, atende cerca de 781 famílias e 1037 estudantes do ensino fundamental ao médio, e atividades no contraturno escolar. A escola conta com uma equipe do Psicossocial formada por três assistentes sociais, três estagiárias de serviço social e um psicólogo.

O relato de experiências de equipe multiprofissional foi realizado a partir da experiência de estágio supervisionado II e III da autora, a acadêmica do curso de Serviço Social ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), durante o período de setembro de 2022 a junho de 2023, no segmento dos anos finais, que compreende os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Após o sistema de informações do grupo Marista sofrer no começo do ano de 2022 um

ataque hacker, ficou evidente a necessidade de se retomar os dados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes e suas famílias.

Em vista disso, a ideia de analisar os dados do perfil socioeconômico dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, atendidos pela equipe do Serviço Social no Marista Escola Social São José, foi motivada pela experiência de estágio e das exigências da disciplina de estágio obrigatório do curso de serviço social em produzir um projeto de intervenção no campo de estágio em que a autora estava inserida.

Os dados levantados e colocados em gráficos discorrem sobre os motivos dos atendimentos, demandas relacionadas à saúde mental, ano escolar de referência no momento do atendimento, cor/raça, renda familiar, moradores na casa, loteamento onde moram. Posteriormente, a análise dos dados foi feita a partir das demandas que mais surgiam para a equipe, que eram: violência intrafamiliar, violência escolar, infrequência, evasão e saúde mental. E, foram elencadas ações multiprofissionais para o enfrentamento dessas demandas.

A metodologia adotada, para o alcance dos objetivos deste trabalho, envolveu pesquisa exploratória, de natureza quanti-qualitativa, a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de dados.

Para Gatti (2004), a abordagem quantitativa aliada a dados de metodologias qualitativas pode enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos. E, exigem esforço reflexivo do pesquisador para dar sentido aos dados coletados e que serão analisados.

Estas análises, a partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/ enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permitem ainda desmistificar representações, preconceitos, "achômetros", sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing (Gatti, 2004, p. 26).

Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que se assemelha à pesquisa bibliográfica, mas se diferencia por utilizar-se de "materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os

objetos da pesquisa”, como arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas (Gil, 2002, p.45-46). A análise de dados é um processo de interpretação dos dados coletados. Essas informações podem ser utilizadas para tomar decisões mais assertivas e eficazes. Para a consulta dos materiais do Marista Escola Social São José e para levantamento dos dados dos estudantes, foi elaborado um termo de autorização, que se encontra no Anexo A.

Os principais autores que contribuíram para compor o conteúdo do trabalho foram: Abramovay (2002), Almeida (2000), Amaro (2011), Martins (2012, 2015), Piana (2009), Von Dentz (2015). Utilizou-se de documentos e artigos como: os subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação (2011,2012); serviço social na educação (2001); a demanda pelo exercício profissional da/o assistente social nas escolas brasileiras (2017), o manual de psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da lei 13.935; o guia prático para implementação da lei 13.935/2019. Entre outros materiais online, cartilhas, produções acadêmicas produzidas em capítulos de livros, artigos em revistas, leis e estatutos.

Este trabalho foi organizado em quatro seções, em que a primeira relata a inserção dos assistentes sociais na área da educação, as possibilidades da atuação do serviço social na política da educação, e a experiência de equipes multiprofissionais em uma instituição de ensino.

A segunda seção apresenta aspectos históricos da inserção do serviço social na área da educação, a importância da atuação do serviço social e da intervenção conjunta com outros profissionais no enfrentamento da realidade complexa que se apresenta na política educacional.

A terceira traz a contextualização do Marista Escola Social São José e a experiência multiprofissional realizada na instituição. Discorre sobre dados levantados acerca do perfil socioeconômico dos estudantes do ensino fundamental que posteriormente foram analisados.

E, na seção quatro indica reflexões e debates sobre este tema, com intenção de se aperfeiçoar a prática e ações nesta política, na luta por uma educação gratuita, democrática e de qualidade para todos.

2. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Este capítulo apresenta a inserção dos assistentes sociais na política de educação, destaca o aumento destes profissionais na área da educação, a partir do reconhecimento da educação como direito social na Constituição Federal de 1988.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Os registros mais antigos apontam que o estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro no trabalho do Serviço Social Escolar, implantado em 25 de março de 1946 através do Decreto nº1394, o serviço de assistência ao escolar, na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Assistentes sociais eram requisitados a desenvolver atividades para identificar problemas sociais dos alunos que pudessem prejudicar seu desenvolvimento na escola, tinha como foco de intervenção "situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social" (Amaro, 2011, p. 19). Outras referências evidenciam que a inserção de assistentes sociais no espaço escolar teve início no estado de Pernambuco em 1949, onde a ação profissional estava voltada a "resolver problemas como evasão, repetência, desmotivação, dificuldades nos relacionamentos, absenteísmo às aulas e demais desconfortos escolares". A exigência ao profissional era que o mesmo "ajustasse os desajustados, ajudasse os necessitados, integrasse os alunos à sociedade" (Souza, 2005, p. 34).

Até metade da década de 1970, prevalece o serviço social legitimador da ordem vigente, ou seja, as intervenções dos assistentes sociais seguiam o modelo desenvolvimentista (política econômica baseada no crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação do estado) para desenvolver suas ações no campo educacional, que eram direcionadas a preparar os indivíduos para serem produtivos ao capital. Durante esse percurso, desde a sua origem até meados de 1970, as ações conservadoras predominaram no serviço social. A ineficácia profissional e as ações paliativas e imediatistas contribuíram para a intensificação do processo de ruptura com o conservadorismo.

A partir da década de 1980, após o movimento de reconceituação do serviço social², processo que proporcionou à categoria profissional uma maior aproximação aos movimentos sociais e às perspectivas teóricas críticas em todos os espaços de atuação. Segundo Amaro (2011, p.20), “a escola passou a ser entendida como um aparelho ideológico, que serve para a reprodução social através da educação massificadora” que é a expansão quantitativa da escolarização, tornando-se acessível para a maior parte da população. Desta forma, começaram a ser construídas práticas profissionais que problematizam a política educacional, dando ênfase às contradições que permeiam a escola e a realidade social, no seu aspecto econômico, político e cultural.

A intervenção profissional passou a incluir pautas como enfrentamento da fome e da miséria, violência contra a criança, situações essas que, na escola acabavam levando os alunos a repetência e/ou evasão. A intenção de renovação pautou as seguintes ações:

A coordenação e execução de políticas de ação social voltadas ao atendimento das demandas escolares com atenção especial aos grupos mais pauperizados e excluídos;
 O levantamento e identificação de necessidades, interesses e preocupações da comunidade escolar;
 O gerenciamento e execução de programas de assistência social na educação;
 A realização de estudos situacionais e parecer técnico sobre a realidade sociofamiliar e a história social dos alunos em acompanhamento profissional. (Amaro,2011, p.21).

Situações como o baixo índice de escolaridade, distorção idade/série, violência infantil, depressão, passam a ser cada vez mais crescentes. Foram criadas ações com o intuito de tornar as crianças e adolescentes “sucesso na escola e como cidadãos”:

Participação em trabalhos interdisciplinares (em nível de pesquisa, estudo, orientação, encaminhamento e atendimento) dirigidos a promoção social dos alunos;
 Promoção de estudos e ações que contribuam com a melhoria do rendimento escolar e com a redução dos fatores que determinam o fracasso escolar;

² O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2010, p.205) “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implica um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideológicos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi”, O Movimento de Reconceituação foi considerado um marco para o Serviço Social, é através dele que surge um perfil profissional mais crítico, buscando um agir profissional mais eficaz, pautado em bases teórico-metodológicas.

Organização de estudos e ações com vistas a diminuição das dificuldades infantis e a realização sócio pedagógica do aluno. (Amaro,2011, p.22).

Essas articulações eram feitas através do Círculo de Pais e Mestres (CPMs), Grêmios Estudantis, Conselhos Tutelares, Conselhos Escolares e a integração entre professores e equipe multiprofissional da “rede” assistencial disponível no período.

Na década de 1990, os assistentes sociais passaram a assumir as funções de “equipe de saúde escolar”, alguns setores eram, inclusive, vinculados à pasta de saúde do Estado, mesmo estando localizados fisicamente dentro do ambiente escolar. As demandas que eram atendidas por profissionais da saúde, passam a contar com a abordagem do serviço social. Algumas ações foram incorporadas às funções dos assistentes sociais como:

- Planejamento e execução de estudos e ações dirigidos à qualificação das condições político-pedagógicas do sistema educacional e seu impacto no desenvolvimento pedagógico do aluno;
- Planejamento e execução de programas e ações dirigidos a revitalização e democratização das relações sociais na escola, entre professores, alunos e funcionários e seus próprios pares;
- Planejamento e execução de estudos e ações programáticas que contribuam a promoção escolar e à redução dos índices de abandono/afastamento da escola;
- Organização de estratégias programáticas articuladas, interdisciplinares e intersetoriais, voltadas a observar, diagnosticar, abordar e prevenir manifestações discriminatórias contra negros, indígenas, homossexuais, portadores do vírus HIV ou pessoa portadoras de necessidades educacionais especiais;
- Planejamento e execução de programas e ações voltados tanto a capacitação social de recursos humanos dos profissionais de educação atuantes na escola, como a promoção da saúde humana e ocupacional, diminuindo o estresse ocupacional e doenças associadas, como o burnout;
- Planejamento a execução de ações de educação e saúde junto a famílias, alunos e professores, dirigidas à melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar. (Amaro, 2011, p.23)

A área da educação e do serviço social passavam por uma reconfiguração na metade da década de 1980 e início dos anos 1990, por conta das mudanças que ocorreram na profissão e de fatores sócio-históricos. Entre eles, destacam-se: a cientificidade da prática profissional, a abertura à pesquisa, a ascensão do marxismo no campo acadêmico e o declínio do regime militar.

Por volta de 1985, ocorre o processo de democratização no país em que, após muita pressão dos movimentos populares, se conquista a ampliação dos direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988.

Segundo Raichelis (2000, p.62):

Reuniram-se na Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, cerca de 80 organizações, algumas de âmbito nacional, compostas por associações, sindicatos, movimentos sociais, partidos, comitês, plenárias populares, fóruns, instituições governamentais e privadas, que se engajaram num amplo movimento social de participação política que conferiu visibilidade social a propostas de democratização e ampliação de direitos em todos os campos da vida social.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, é pautada pela equidade e pelos direitos sociais universais. Ela consolidou conquistas e ampliou os direitos em diversas áreas como na educação, saúde, assistência social e previdência social.

A referida constituição estabelece a educação como um direito social, em seu artigo 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil,1988). E que deve ser assegurado pelo Estado a toda a sociedade, e em seu artigo 205º, trata que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). O reconhecimento da educação como direito social “aponta para a contribuição que o serviço social pode dar nesta política social” (Martins, 2007, p. 80). Considerando que em seu projeto ético-político profissional, estabelece a defesa dos direitos humanos e a ampliação e consolidação da cidadania, entre outros delineamentos. A vista disto, as entidades da categoria do serviço social defendem a educação pública, gratuita, laica e de qualidade, assim como os segmentos mais críticos da educação e seus movimentos sociais.

Apesar da conquista democrática, persistem problemas econômicos como as desigualdades e o desemprego. E problemas da área social, na saúde, saneamento e principalmente na educação. A desigualdade social no Brasil era preocupante, mais da metade da população vivia em situação de pobreza, e o país contava com um elevado número de analfabetos.

A inserção do serviço social na área da educação se deu na década de 1940, mas “é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção desses profissionais na área da educação” (CFESS, 2011, p.5).

O Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) e a Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Lei n. 8.662, de 1993, junto com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n. 8.742, de 1993, destacam a perspectiva crítica adotada pela categoria profissional durante este processo, tendo como princípio fundamental a defesa dos direitos humanos.

Foram aprovadas leis complementares a partir da Constituição Federal (1988), que normatizaram e reforçaram a importância do serviço social voltado à área da educação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), estabelecendo a “proteção integral” a crianças e adolescentes, sendo a educação uma política pública voltada ao atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, que se articula com ações governamentais que abrange o Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, Assistência Social, Educação entre outros.

No que se refere à educação, há o amparo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), que regulamenta o sistema de ensino brasileiro, que disciplinou a educação escolar, vinculando-a ao mundo do trabalho e à prática social.

A partir da década de 1990, ocorre a democratização do acesso das classes populares à escola pública, historicamente excluídos da educação escolarizada. Esse processo resulta do reconhecimento da educação como direito social na Constituição Federal de 1988 e nas legislações que a sucederam, como já mencionados, o ECA (1990) e a LDB (1996).

Os problemas sociais que afetam a população brasileira, se expressam no ambiente escolar, situações relacionadas às condições socioeconômicas, e frequentes violação de direitos, como por exemplo, falta de serviços de saúde, moradia, emprego, transporte e alimentação, dificultam a permanência e o sucesso desses estudantes na escola. Na nova concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, a rede de proteção social é essencial para garantir condições humanas e sociais dignas a essa população.

Embora a escola ofereça oportunidade para todos (teoricamente), os estudantes oriundos das classes populares, não conseguem acessar seus direitos em outras políticas sociais, que os proporcione o bem-estar, dificultando o cumprimento da trajetória escolar.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) criou no ano de 2001, um “grupo de estudos sobre o serviço social na educação”, que deu origem a um documento em forma de brochura intitulado “Serviço Social na Educação”, onde “ se problematizou a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do serviço social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social (CFESS, 2011, p.5).

Esses encontros da categoria que ocorreram, estimularam o debate entre as áreas de conhecimento, serviço social e educação.

Considerando a ampla demanda que surge na área da educação, o assistente social passa a vislumbrar não somente um campo de atuação, mas a redefinir suas possibilidades de intervenção:

As demandas para os assistentes sociais recaem em diversas situações sobre a necessidade de trabalho com famílias e com as crianças e adolescentes, não é raro, contudo, as solicitações de trabalho com os próprios professores. Abre-se, assim, um campo de atuação bastante promissor e estratégico. Sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional – mediada pelos programas e ações assistenciais que têm marcado o trabalho dos assistentes sociais –, podem estes profissionais agora atuar por dentro da política educacional, com questões que lhes são centrais, como a formação permanente dos educadores e com a ampliação das práticas educacionais, não mais numa perspectiva complementar ou paralela e sim curricular (Almeida, 2000, p. 23).

Almeida (2000), afirma que para os assistentes sociais atuarem de forma eficaz na política da educação, exige sua compreensão. É composta de diferentes níveis e modalidades de ensino, normatizado na LDB nº 9394/96: a educação básica, que é constituída pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; educação especial, educação profissional e educação superior. A responsabilidade e a atuação do Estado são divididas por níveis, federal, estadual e municipal.

A atuação dos assistentes sociais tem se mostrado necessária em uma área específica, no ensino fundamental. A escola se vê atravessada por uma série de fenômenos, que atualmente se manifestam de forma complexa: o alto índice de violência, o uso de drogas, o narcotráfico, a gravidez na adolescência, o aumento do

trabalho infantil a precariedade das condições de vida da população, a precarização das condições de trabalho dos docentes, a perda de atrativo social da escola, a ampliação do trabalho infantil entre outras expressões da questão social. Essas situações manifestam-se na sociedade em geral, inclusive nas escolas, prejudicando o processo de aprendizagem, que passa a necessitar da intervenção de outros profissionais na tentativa de solucioná-las.

O reconhecimento da presença desses elementos no universo escolar, por si só, não constitui uma justificativa para a inserção dos assistentes sociais nesta área. Sua inserção deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização do trabalho coletivo na esfera da política educacional, seja no interior das suas unidades educacionais, das unidades gerenciais ou em articulação com outras políticas setoriais. Caso contrário, estará implícito, nas defesas desta inserção, a presunção de que tais problemas seriam exclusivos da atuação de um determinado profissional, quando na verdade seu efetivo enfrentamento requer, na atualidade, não só a atuação dos assistentes sociais, mas de um conjunto mais amplo de profissionais especializados. (Almeida, 2000, p.5).

Nota-se que os profissionais da área da educação não conseguem sozinhos, fazer o enfrentamento dessa realidade, o professor se vê com um acúmulo de funções que acabam por desmotivá-los. Essa realidade deixa posta a necessidade de atuação dos assistentes sociais nas escolas.

Diante dessas demandas e transformações que estão ocorrendo no ambiente escolar, referentes à sua função política, econômica e social, resultado de mudanças na sociedade, as instituições educacionais precisam de profissionais para exercer sua função educativa, e a escola se constitui como um espaço privilegiado para se desenvolver ações preventivas e educativas.

E as instituições que fazem parte da rede de proteção a crianças e adolescentes necessitam do trabalho articulado com escolas para desempenhar ações socioeducativas. Sendo assim, a instituição escolar se constitui como um espaço privilegiado para se desenvolver ações preventivas e educativas, que afligem o dia a dia desses usuários.

Frente a isso, a dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais deve ser considerada para além de sua inserção nas unidades educacionais, sobretudo, enquanto “adesão às lutas e movimentos sociais em torno da erradicação do analfabetismo, de uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, do acesso progressivo dos diversos segmentos sociais aos diferentes níveis de

educação constitui expressão importante deste processo de valorização da dimensão educativa do trabalho do assistente social como inclusa nos processos de luta e organização social.” (Almeida, 2000, p.7).

Por outro lado, um dos principais fatores do reconhecimento da presença de assistentes sociais em diferentes áreas de atuação se refere ao seu conhecimento acerca das políticas sociais e suas formas de operacionalização, em instituições historicamente construídas. O cumprimento da função social exigida das escolas, demanda profissionais que possuam conhecimento nas diversas políticas sociais e que façam a articulação entre a escola e a sociedade, facilitando a articulação entre as políticas que são destinadas a crianças e adolescentes e a escola.

A atuação de assistentes sociais junto a outros profissionais que atuam na área de educação podem contribuir para a efetivação de sua inserção nesses espaços, contribuindo com a ampliação dos direitos sociais educacionais, bem como na mobilização da comunidade escolar na luta por direitos sociais e na construção de uma ação política.

A contribuição do serviço social, portanto, deve ser orientada visando a articulação com os demais profissionais da escola e a comunidade, buscando efetivar uma educação mais democrática. Essa concepção nos remete a um dos princípios do Código de Ética Profissional de 1993, “a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais, que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”.

Apesar da educação ser declarada legalmente como um direito social e de obrigação do Estado, ela expõe aspectos do mundo do trabalho, assim sendo, sua qualidade e efetivação são orientadas pelos interesses do mercado, o que pode dificultar a conquista da cidadania.

Para Almeida (2000, p. 158), o aspecto mais grave da política da educação

[...] é a não-universalização do acesso da população à educação escolarizada, decorrente, sobretudo, de um confronto de interesses alimentado e realimentado por uma cultura política excludente e elitizada, que não consegue incorporar a participação das massas nos ciclos de alternância do poder e desenvolvimento econômico.

O autor aponta que a política da educação é marcada pela sua descontinuidade. Ela é constantemente alterada, sem planejamento em resposta a problemas sociais emergentes e conforme interesses políticos e econômicos. Essa

instabilidade ocorre em nível federal, estadual e municipal, através de montagem e desmontagem de programas e estruturas educacionais, como acontece com o ensino médio, o ensino profissionalizante, as escolas de período integral, os sistemas por ciclos, com acessos diretos e sem reprovação (Almeida, 2000, p.158).

A educação brasileira está passando por um amplo conjunto de mudanças, desde a educação infantil até a educação superior. Nesse contexto, o serviço social está redefinindo sua intervenção.

Segundo Piana (2009, p. 194) esses profissionais têm atuado no âmbito da educação

[...] em instituições de ensino públicas e privadas: nos Centros Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nos conselhos municipais de educação, na assessoria e elaboração dos planos municipais e estaduais de educação, nos projetos de educação não-formal, nas universidades através do estágio curricular, projetos de extensão universitária e a inserção do jovem de baixa renda, no ensino superior e nas equipes interdisciplinares através da formação continuada dos profissionais da educação, ou seja, no campo da educação enquanto política social e como dimensão da vida social.

Apesar do trabalho do assistente social não ter se ampliado de forma expressiva no mercado de trabalho, esses profissionais no âmbito da educação vem passando por um processo de reconhecimento que não se restringe à escola, vem ganhando espaço além disso, nas secretarias de educação municipal e estadual, onde os profissionais atuam na elaboração da política educacional. No campo da educação, o assistente social tem inúmeras possibilidades de intervenção, como veremos no capítulo a seguir.

2.2 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

O assistente social é um profissional que atua com respaldo na Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão, no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CEP) de 1993, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, e que necessita ter seu registro e Carteira de Identificação Profissional expedidos pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

O exercício profissional dos assistentes sociais é orientado por essas normativas, seja na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional que esteja inserido. Assim sendo, a profissão do serviço social brasileiro é orientada por um projeto ético-político profissional hegemônico, desde o final da década de 1970.

Os direitos e deveres desses profissionais, articulado com as competências e atribuições devem ser respeitados por profissionais e instituições. Considerando que as competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e as atribuições se referem “às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (Iamamoto, 2002, p.16).

Como mencionado, a inserção dos assistentes sociais na área da educação não é recente, tem origem no início da profissão, na década de 1940, mas é notório que nas últimas décadas, vem se ampliando a presença desses profissionais na política de educação e em diferentes níveis de ensino, como resultado de uma luta histórica de movimentos sociais na busca pela universalização da educação pública, que em contrapartida se subordina às exigências impostas pelo capital na formação e qualificação da força de trabalho.

Segundo Iamamoto (1996):

O Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Relação esta que é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

Os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam de diferentes formas, inclusive no contexto escolar. O sistema de ensino brasileiro se mostra insuficiente no que se refere a quantidade de vagas e na qualidade de ensino ofertadas.

Ney Luiz Teixeira de Almeida aponta no documento para o CFESS, intitulado serviço social na educação de 2001, que o desinteresse por aprender, o baixo rendimento entre outros, tem dificultado o avanço dos alunos, visto que, esses fatores não se limitam a escola, e estão atrelados a outras formas de expressão dos problemas sociais, tornando-se um dos grandes desafios ao sistema de ensino brasileiro.

A contribuição do serviço social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta seja por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2001, p. 12).

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social e suas mais diversas expressões, nas quais seu enfrentamento é feito por meio das políticas sociais e públicas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, na operacionalização de programas e projetos sociais, como no campo da assistência estudantil e ações afirmativas que possibilitam a ampliação do acesso da população empobrecida a diferentes níveis de ensino, colaborando com a universalização do acesso à educação.

A “questão social” é uma denominação que surgiu na segunda metade do século XIX, na Europa ocidental, como consequência da industrialização e da exploração do proletariado. A miséria e a pobreza resultantes desse processo levaram à busca de respostas para o seu enfrentamento.

Cerqueira Filho (1982, p.21) compreende:

Por questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária provocou na constituição da sociedade capitalista. Logo, a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho.

Portanto as desigualdades e as injustiças sociais se constituem como questão social quando são reconhecidas e enfrentadas por setores da sociedade com o objetivo de transformá-las em responsabilidade pública.

Em vista da complexidade das situações que perpassam o ambiente escolar, o assistente social pode fazer o devido encaminhamento dos alunos e suas famílias à rede de serviços socioassistenciais e programas, contribuindo com a efetivação do direito à educação.

[...] os objetivos da prática profissional do serviço social no setor educacional são: contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (Martins, 1999, p.60).

Segundo o CFESS (2013, p. 50), “no âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional”, evidenciando seis delas a seguir:

- 1) Abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação, “[...] bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional” [...] (CFESS, 2013, p. 51);
- 2) Intervenção coletiva junto aos movimentos sociais “[...] condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora” (CFESS, 2013, p. 51);
- 3) Investigativa, que deve estar vinculada às demais e “[...] contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência e previamente pensados” [...] (CFESS, 2013, p. 52);
- 4) Trabalho profissional “relativo à inserção [...] nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras” (CFESS, 2014, p. 53);
- 5) “Pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social” (CFESS, 2014, p. 53);

6) “Gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação” (CFESS, 2014, p. 54).

Sendo assim, a inserção de assistentes sociais no espaço escolar torna-se pertinente, pois, além de contribuir para a universalização do acesso, para ações de inclusão e permanência nas escolas na melhoria da qualidade da educação pode promover a equidade no processo de ensino-aprendizagem, através do enfrentamento das desigualdades sociais, visando a garantia da educação como um direito social e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Esta inserção impõe a necessidade de se construir uma intervenção qualificada, pensada coletivamente, e de responsabilidade do Estado.

Tais questões apontam para a necessidade de criação de um instrumento para fortalecer e reorganizar o trabalho realizado pelos assistentes sociais na educação. Essas inquietações deram origem a criação do Projeto de Lei 3.688/2000, que dispõe sobre a inserção dos profissionais de serviço social nas redes públicas de ensino de educação básica, que teve início em outubro de 2000 a dezembro de 2019. Posteriormente, se transformou na Lei 13.935/2019, após aproximadamente quase duas décadas de luta até sua aprovação.

A Lei 13.935/2019, estabelece a necessidade de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Foi sancionada em 11 de dezembro de 2019. A determinação supracitada, dispõe que:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Brasil,2019).

Esta lei se constitui como um importante avanço para a educação brasileira, pois garante a presença de profissionais qualificados para atender às necessidades dos estudantes, professores, famílias e comunidade escolar.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), elaborou um documento com orientações acerca das atribuições dos assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, para a regulamentação da Lei 13.935 de 2019:

1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
3. Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
4. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
5. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
6. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
7. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
8. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;
9. Realizar de assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;
10. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
11. Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação;
12. Participar de ações que promovam a acessibilidade;
13. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica (CFP; CFESS, 2020).

Assim como na criação da PL até a aprovação da Lei, os desafios a serem superados ainda permanecem na atualidade. No ano da aprovação da Lei referenciada, o mundo vivenciava a pandemia da Covid-19, motivo que prejudicou as ações e os processos de lutas da categoria para o cumprimento no que diz respeito a essa determinação.

Outro desafio está relacionado às verbas necessárias para a manutenção dos salários desses profissionais, nesse sentido houve a aprovação da Lei 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que, através do PL 3.418/2021,

integra os assistentes sociais e psicólogos como profissionais da educação, sendo possível a inserção desses profissionais em relação aos custos dos salários.

A Lei 14.113/2020 garante esse espaço profissional, que regulamenta o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), incluiu os assistentes sociais como profissionais da educação básica e lhes garantiu cerca de 70% dos recursos anuais para a remuneração destes profissionais. Entretanto, houve alteração na lei, sendo substituída pela Lei 14.276/2021, que garante apenas 30% dos recursos anuais para a remuneração pela prestação dos serviços de assistentes sociais e psicólogos. Em 2023 está em pauta a revisão de alguns pontos do Fundeb, oportunidade para que se altere os retrocessos ocorridos com a alteração dos 70% citados anteriormente. (CFESS, 2023).

Como enfatizado, o enfrentamento das expressões da questão social que atingem as escolas, é um dos desafios ao ensino público brasileiro, a educação de qualidade é assegurada por lei, e é dever do Estado prover condições de acesso e permanência a crianças e adolescentes na escola, através de políticas voltadas à educação, assistência às famílias e à comunidade escolar.

A importância do serviço social e da psicologia nas redes de educação básica é evidente. Tais áreas de conhecimento têm abordagens complementares que podem contribuir para a defesa e o fortalecimento da escola pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e a melhoria da qualidade do ensino.

3. A EXPERIÊNCIA DE EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NO MARISTA ESCOLA SOCIAL SÃO JOSÉ

Neste capítulo será apresentada a contextualização da Instituição Marista, percorrendo brevemente sobre sua origem e sua atuação em escolas sociais, especialmente no Marista Escola Social São José. Discorre sobre o relato de experiência de estágio da autora em que analisa os dados do perfil socioeconômico de estudantes dos anos finais do ensino fundamental atendidos por equipe multiprofissional da escola composta por assistentes sociais e psicólogo.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Marcelino Champagnat foi o fundador do Instituto dos Irmãos Maristas em 1817, no vilarejo de La Valla, na França, atualmente se encontra nos cinco continentes.

No Brasil, os Maristas se encontram em 23 estados e no Distrito Federal. Estão em 101 cidades brasileiras, contando com cerca de 30 mil colaboradores. Se organizam em três unidades administrativas: Província Marista Brasil Centro-Norte, Província Marista Brasil Centro-Sul (Grupo Marista) e Província Marista Brasil Sul – Amazônia (Rede Marista), estão presentes em quatro frentes de atuação: educação, saúde, comunicação e solidariedade. O gerenciamento das frentes de atuação se dá através de mantenedoras.

A União Marista do Brasil – UMBRASIL é a associação das mantenedoras e representante do Marista no Brasil. Foi criada em 2005 com sede em Brasília, a organização é responsável por articular ações entre as mantenedoras das províncias.

O Brasil Marista tem como missão formar cidadãos com base em valores humanos e cristãos para a transformação da sociedade. Fundado sob a égide do humanismo cristão, posiciona-se na vanguarda da defesa e da promoção dos direitos das infâncias e juventudes. (PPP Marista, 2022, p.16).

O Grupo Marista (Província Marista Brasil Centro-Sul) resulta do compartilhamento de “princípios e valores” de entidades Maristas que cooperam entre si. Dentre as entidades que compõem o grupo, três delas se destacam pela natureza filantrópica: a ABEC - Associação Brasileira de Educação e Cultura, a APC

- Associação Paranaense de Educação e Cultura e a UCE - União Catarinense de Educação.

Há unidades do Grupo Marista nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, no Distrito Federal e na cidade de Goiânia, atuando nas áreas da Educação, solidariedade, saúde e comunicação.

Com a Missão de formar cidadãos éticos, justos e solidários para a transformação da sociedade, por meio de processos educacionais fundamentados nos valores do Evangelho, o Grupo Marista almeja ser reconhecido na igreja e na sociedade pela excelência nas suas áreas de atuação, fidelidade ao carisma Marista, vitalidade, viabilidade, e impacto de sua missão junto a crianças e jovens. (PPP Marista, 2022, p.17)

O Grupo Marista coordena e acompanha projetos e programas que defendem os direitos das crianças e dos jovens. Atua enquanto Escolas Sociais, localizado em territórios de extrema pobreza, com o objetivo de garantir educação de qualidade para crianças e jovens que estejam em situação de vulnerabilidade social, a fim de efetivar o direito à educação estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

A opção do Grupo por ter unidades dentro de comunidades e não apenas conceder bolsas na Rede de Colégios, acontece a partir do entendimento de que a escola, como um espaço de desenvolvimento individual e coletivo, tem o potencial também de promover mudanças significativas nos contextos sociais nos quais as escolas sociais estão inseridas. (PPP Marista, 2022, p.19)

Através da Diretoria Executiva de Educação Básica - DEEB, o Grupo coordena o trabalho de 20 Escolas Sociais, onde ocorre aplicação de bolsas de estudo sociais provenientes da legislação 12.101 de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Estão presentes em 16 municípios dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Entre o público atendido pelas escolas sociais, em média, 46% das famílias se encontram em situação de extrema pobreza.

São ofertadas bolsas de estudo integral (100%) com duração de um ano, a crianças e adolescentes que cumprem o critério de renda per capita familiar de até 1,5 salários-mínimos. O processo seletivo para a concessão das bolsas de estudo é realizado pelos assistentes sociais, e inclui a entrega de documentos, análise e entrevista.

As escolas sociais atendem desde a educação infantil ao ensino médio, contam com atividades no contraturno escolar, contam com uma coordenação exclusiva que “visa desenvolver, além das habilidades cognitivas e individuais, as coletivas e as sociais” (PPP Marista, 2022, p.20).

Em Santa Catarina, por volta de 1995, um grupo de Irmãos Maristas foi indicado para a escolha de local, que serviria para a instalação de uma unidade social da escola. Dentre os critérios para a seleção do espaço, se colocam em evidência:

A comunidade deveria ser de alta vulnerabilidade social; se possível ser efetivada em parceria com o poder público; preferencialmente que já tivesse um prédio construído e que possibilitasse o funcionamento imediato da unidade. (PPP Marista, 2022, p.20).

Constatou-se que em São José, no bairro Serraria, o loteamento Jardim Zanellato atendia aos critérios. O primeiro ano letivo da escola teve início no dia 11 de março de 1996, atendendo a 671 alunos que foram distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno.

O bairro Serraria é distribuído em 11 loteamentos: Araucária, Boa Vista, Dona Wanda, Jardim Santiago (Goiabal), Jardim Zanellato, José Nitro, Luar, Morar Bem, Renata I e II e Serraria. Os loteamentos José Nitro e Morar Bem são áreas de habitação de interesse social, no loteamento Araucária há um movimento de ocupação, e no Vale das Palmeiras, Boa Vista e Jardim Zanellato (Rua dos Operários) possuem áreas verdes ocupadas. As condições precárias de moradia, saneamento básico, questões de renda e dificuldade de acessos a serviços constituem o território como vulnerável socialmente.

O Marista Escola Social São José é uma instituição privada com parceria do Município de São José, atualmente, atende cerca de 781 famílias e 1037 estudantes do ensino fundamental ao médio, sendo 744 do Ensino Fundamental e 293 do ensino médio, com idade entre 6 e 17 anos, divididos em três turnos: matutino, vespertino e noturno. Das famílias atendidas na escola, 416 são acompanhadas pelo Serviço Social. A escola oferta contraturno escolar, através de projetos na jornada ampliada, que contam com reforço escolar, oficinas de violão, teatro, canto, dança, oratória, programas de rádio e tv, edição de vídeos, grafite. Algumas oficinas são ofertadas por meio de parceria com o município de São José, como tênis de mesa,

handebol, voleibol, dança, karatê. As atividades mudam a cada trimestre, e é necessário se matricular nas oficinas que se pretende participar.

A referida escola conta com uma equipe do Psicossocial formada por três assistentes sociais, três estagiárias de serviço social e um psicólogo. Cada assistente social é referência em um segmento específico, (anos iniciais, anos finais e ensino médio), enquanto o psicólogo atende nos três segmentos. A área da psicologia passou a compor a equipe no início do ano de 2023.

Os estudantes e suas famílias, são acompanhados por uma equipe de assistentes sociais que acionam a Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes se necessários, também orientam as famílias com relação ao acesso às políticas públicas sociais disponíveis, como nas áreas da educação, saúde, alimentação, moradia, transporte e previdência social. O atendimento dos alunos e famílias é feito por procura espontânea ou então através de encaminhamento de outros profissionais como professores, psicólogo, equipe pedagógica etc.

Se configuram como competências e atribuições dos assistentes sociais desenvolvidas na escola (PPP Marista, 2022) : a elaboração e execução de programas e projetos com participação dos estudantes e comunidade escolar, encaminhamento de providências, orientação social individual ou da família; realização de estudos socioeconômicos com os usuários para fins de concessão de bolsas ofertadas pela escola, formação com professores e demais profissionais da escola, articulação com a rede socioassistencial para encaminhamento de estudantes e familiares, supervisão de estagiários/as de Serviço Social.

3.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO: ANÁLISE DE DADOS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A acadêmica do curso de Serviço Social ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autora do presente Trabalho de Conclusão de Curso, foi inserida na instituição de ensino Marista Escola Social São José, localizada no município de São José, como estagiária do serviço social no segundo semestre de 2022 e permaneceu no campo de estágio durante 10 meses, perfazendo o período de setembro de 2022 a junho de 2023, no segmento dos anos finais, que compreende os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, no período matutino.

Se colocavam como demandas ao serviço social na escola questões de saúde, evasão escolar, faltas, inclusão, bullying, cyberbullying, conflitos entre estudantes e família e/ou professores, preconceito, gravidez na adolescência, violências (física, psicológica, sexual, institucional etc.), falta de vínculo com a escola.

O sistema de informações do grupo Marista sofreu no começo do ano de 2022 um ataque hacker, onde foram perdidos os materiais de trabalho de todos os setores, inclusive os da equipe do serviço social. Ficou evidente a falta de materiais para a consulta de informações acerca do perfil socioeconômico das famílias, devido a perda desses materiais. Diante do exposto, percebeu-se a necessidade de retomar a sistematização dos dados. Essas informações são úteis tanto para equipe do serviço social (assistentes sociais e estagiários), equipe pedagógica, diretoria e quanto para auxiliar com dados mais precisos para atualização do Projeto Político Pedagógico possibilitando, conseqüentemente, ações mais efetivas.

Em vista disso, a ideia de analisar os dados do perfil socioeconômico dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, foi motivada a partir da experiência de estágio obrigatório II e III e das exigências da disciplina de estágio obrigatório do curso de serviço social em produzir um projeto de intervenção no campo de estágio em que a autora estava inserida, que colaboraram para o desenvolvimento do presente trabalho.

O projeto de intervenção desenvolvido tem como título: Análise do perfil socioeconômico de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, atendidos pela equipe do Serviço Social no Marista Escola Social São José. A pesquisa contemplou os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, utilizando-se de dados obtidos durante os atendimentos de maio de 2022 a dezembro do mesmo ano.

Teve como objetivo, atender as necessidades da equipe do serviço social em sistematizar os dados dos atendimentos para subsidiar as ações profissionais frente às demandas existentes, produzir gráficos e analisar os dados socioeconômicos dos estudantes atendidos por esses profissionais.

No começo do ano de 2023 a equipe do serviço social passou a ser composta por um psicólogo, além das assistentes sociais, e a equipe passou a se chamar psicossocial.

Atualmente, as informações do perfil socioeconômico se encontram no sistema mannesoft prime, que é um sistema de gestão escolar para instituições de ensino, no cadastro individual de cada aluno, porém, existe a necessidade de sistematizar esses dados para que seja possível uma análise geral das famílias atendidas. No sistema, são encontrados dados gerais como cor/raça, religião, situação de moradia, tipo de moradia, quantidade de moradores na casa, renda per capita, loteamento em que mora, tipo de família (mononuclear ou nuclear), observações de saúde. Também é possível acessar dados mais específicos como os atendimentos feitos pela equipe pedagógica e pelo serviço social. Nesses registros específicos, o profissional que relatou no sistema indica quem terá acesso a essas informações.

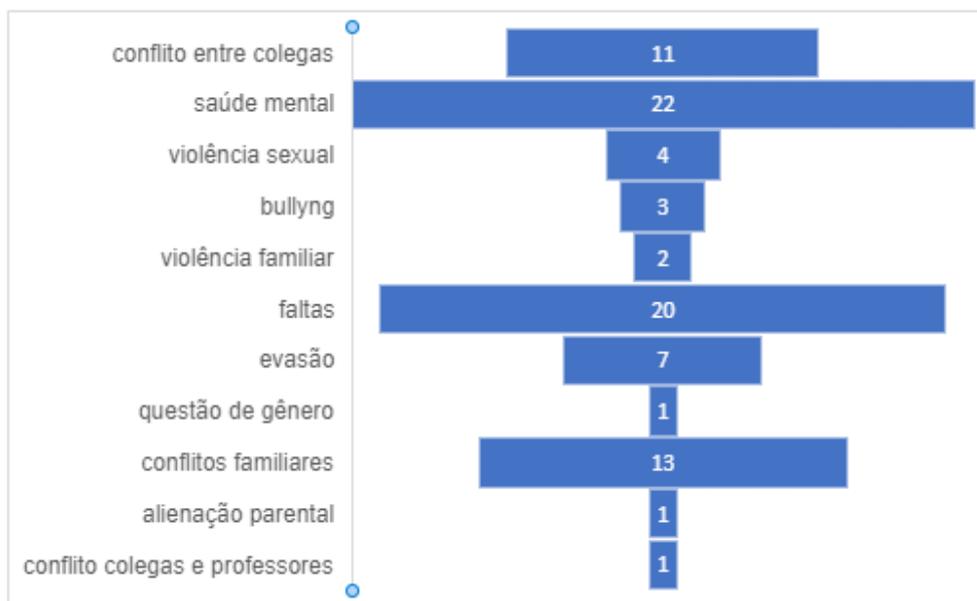
A pesquisa foi dividida por etapas, portanto: A primeira teve o intuito de entender o funcionamento do sistema prime. A segunda etapa consistiu em inserir atendimentos feitos pela assistente social, supervisora de campo de estágio da acadêmica no sistema prime (passar da tabela do Excel produzida por ela, para o sistema). Para conhecer os alunos atendidos no segmento em que a acadêmica estava inserida. A terceira teve a finalidade de levantar os dados socioeconômicos de cada aluno atendido pela equipe do serviço social do 6 ° ao 9 ° ano durante o ano de 2022. A quarta etapa foi a de colocar os dados levantados em gráficos. E a quinta etapa foi a de analisar os dados socioeconômicos dos estudantes atendidos.

As etapas da pesquisa foram acompanhadas pela supervisora de campo de estágio durante sua realização, e a avaliação final do projeto de intervenção foi feita através da entrega de um relatório final de estágio na disciplina de supervisão de estágio obrigatório III do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

A procura pelo atendimento da equipe do serviço social é feita pelos estudantes e suas famílias geralmente por demanda espontânea, que é o atendimento não programado ou por indicação dos profissionais da escola. O motivo dos atendimentos³ está representado no gráfico a seguir:

³O motivo dos atendimentos pode ser mais de um, porém, a assistente social irá registrar o que está mais em evidência no momento do atendimento.

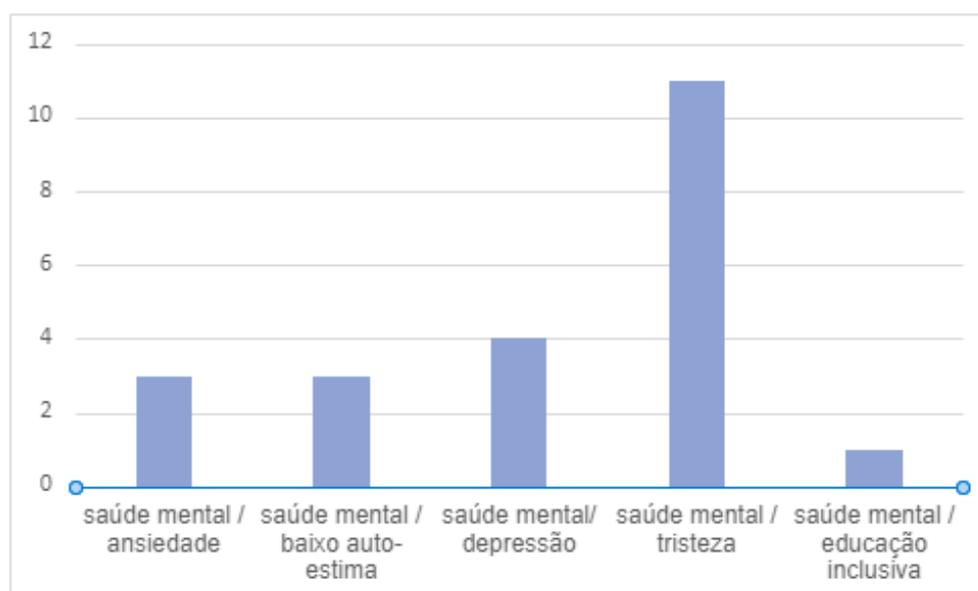
GRÁFICO 1 – Motivo dos Atendimentos



Fonte: Elaborado pela autora

As demandas atendidas pela equipe do serviço social são variadas: envolvendo conflitos entre colegas, familiares e com professores, saúde mental, violências físicas, sexual, bullying, violência familiar, faltas, evasão, questão de gênero, alienação parental.

GRÁFICO 2 - Demandas relacionadas à saúde mental

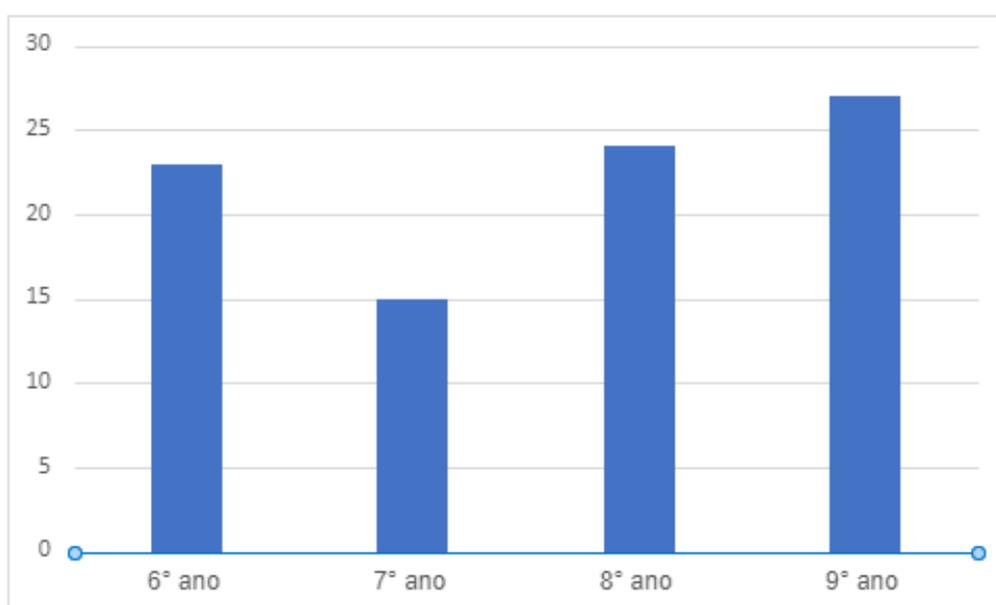


Fonte: Elaborado pela autora

O motivo de atendimento que mais se destacou foi o de saúde mental, onde foi produzido um gráfico dividindo os atendimentos de saúde mental em ansiedade,

baixa autoestima, depressão, saúde mental/educação inclusiva (se refere a um estudante com transtorno do espectro autista, onde seu atendimento estava relacionado com tristeza e baixa autoestima devido à sua condição) e tristeza que foi o maior motivo de procura por atendimento (era considerado pela equipe como tristeza aqueles casos que não tinham laudo médico de depressão). O objetivo do levantamento desses dados não é fazer diagnóstico de estudantes, mas prestar o devido encaminhamento e orientação às famílias.

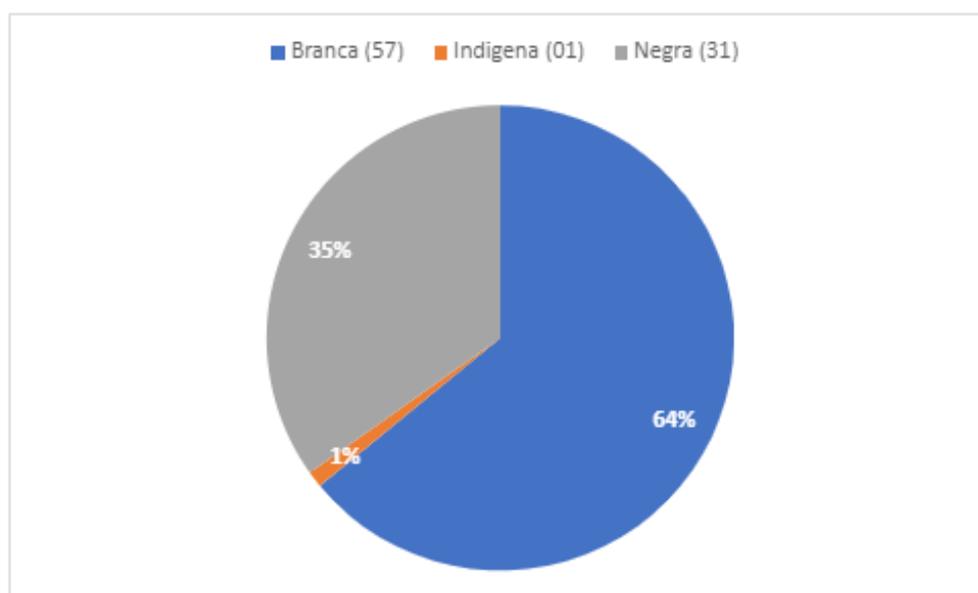
GRÁFICO 3 – Ano escolar de referência, no momento do atendimento



Fonte: Elaborado pela autora

A maior parte dos atendidos eram alunos do 9º ano, somando 27 atendimentos, seguidos de 24 no 8º ano, 23 no 6º ano e 15 no 7º ano.

GRÁFICO 4 – Cor/raça

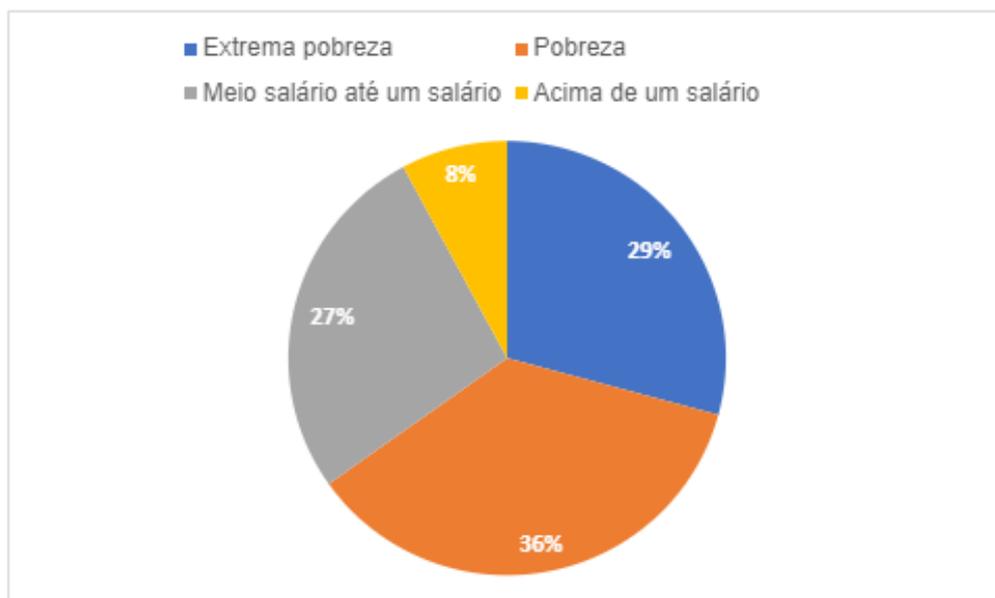


Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à cor/raça⁴ dos estudantes atendidos, 57 eram brancos, seguidos de 31 negros e 1 indígena. Foi usado o conceito de autodeclaração recomendado pelo IBGE para obtenção deste dado. A cor/raça é perguntada no cadastro e recadastro dos alunos realizado todos os anos para a concessão de bolsa, o estudante ou sua família se autodeclararam de acordo com as opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. No gráfico cor/raça, o termo “negra” engloba os estudantes que se declararam pretos e pardos.

⁴Nesse processo de autodeclaração os estudantes pardos muitas vezes são vistos pela sua família como brancos. O que altera as estatísticas de cor/raça dos dados e da realidade da escola.

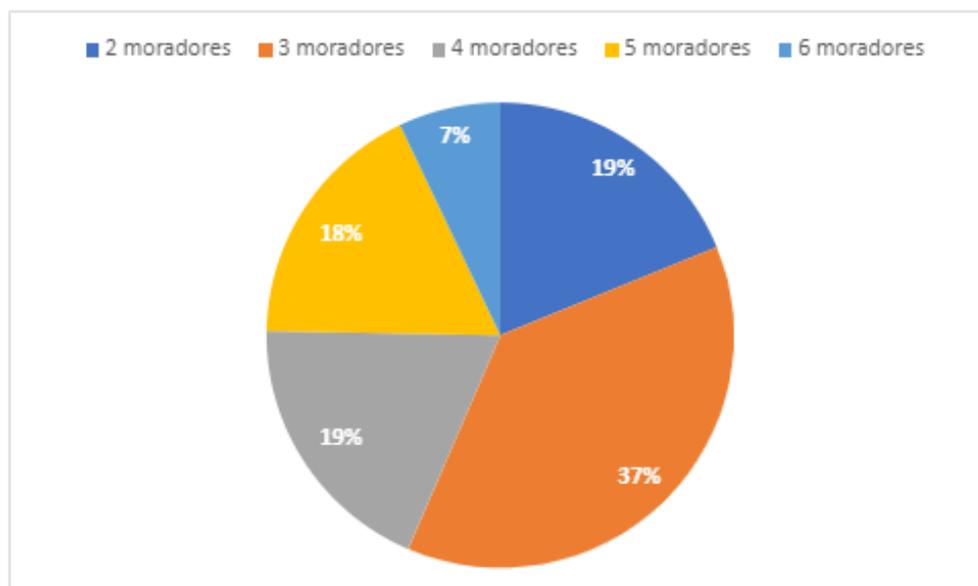
GRÁFICO 5 – Renda Familiar



Fonte: Elaborado pela autora

Foi feito um levantamento para identificar a renda familiar dos estudantes, onde 29% estão na linha de extrema pobreza com renda igual a zero, 36% vivem na pobreza com uma renda de até meio salário-mínimo, 27% vivem com meio salário-mínimo até um salário-mínimo e 8% acima de um salário.

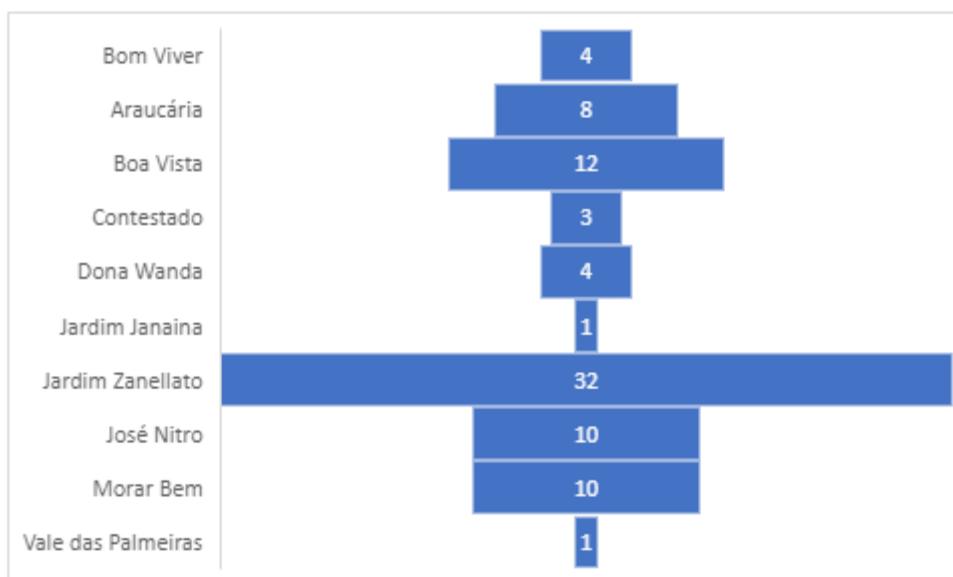
GRÁFICO 6 – Moradores na Casa



Fonte: Elaborado pela autora

Outro dado levantado foi o número de moradores na casa, 37% convivem com 3 moradores na residência, 19% com 4 moradores, 19% com 2 moradores, 18% com 5 moradores, 7% com 6 moradores.

GRÁFICO 7 – Loteamento onde moram



Fonte: Elaborado pela autora

Dos atendimentos realizados, quase 100% dos alunos moram no município de São José, com exceção de um estudante, que mora no município ao lado (a escola faz divisa com o município de Biguaçu).

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Gradativamente, a escola não está sendo mais considerada como um ambiente neutro e que se dedica apenas ao ensinar e aprender, pois, vem sendo problematizado e debatido por diversos segmentos da sociedade sejam governamentais, não governamentais e centros de pesquisa, a vida na escola, e que para sua compreensão, é necessário reconhecê-la como um espaço de diversidade, onde, nela convivem alunos, professores, pais, e outros profissionais, que trazem consigo suas vivências, expectativas, seus valores, suas crenças, suas potencialidades e dificuldades.

Dado que as motivações, interações e prática desses sujeitos são históricas, social, e politicamente condicionada, na escola as contradições sociais, os jogos de força e a luta pela cidadania estão vivos e pulsantes, espelhando a realidade tal como ela é. Por causa dessa condição e

permeabilidade, a escola passa a ser palco de problemas sociais de toda ordem. (Amaro, 2011, p.15-16)

No Brasil, as expressões da questão social se refletem de diferentes formas na vida da população, sobretudo na infanto-juvenil, devido às desigualdades sociais e a omissão por parte do Estado. Esse conjunto de expressões definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo a pobreza, desemprego, violência, discriminação envolvendo as relações de gênero, relações étnico-raciais, orientação sexual, dificuldade de acesso a serviços essenciais como saúde, segurança pública, falta de moradia, violação dos direitos das crianças entre outras, começam a fazer parte do cotidiano escolar.

3.3.1 Demandas que mais emergiram na escola

A análise dos dados foi feita a partir da frequência dos atendimentos, ou seja, das demandas que mais emergiram na escola, quais sejam: violência intrafamiliar, violência escolar, infrequência, evasão e saúde mental.

3.3.1.1 Violência Intrafamiliar

A violência familiar pode ser entendida como “Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família”. (Brasil, 2004). Pode ocorrer dentro ou fora de casa, e pode ser cometida por qualquer pessoa que tenha uma relação de poder à vítima, membros da família, ou pessoas que não sejam parentes consanguíneos.

Acontece nas relações hierárquicas e intergeracionais e compreende-se como a forma agressiva que a família utiliza para se relacionar. Como por exemplo usar de violência para educar ou solucionar conflitos. Pode-se apresentar da seguinte forma: violência física, violência psicológica, violência sexual, negligência.

A violência física pode ser caracterizada como “atos violentos, onde se utiliza da força física de forma intencional, com o objetivo de ferir, provocar dor e sofrimento, deixando ou não marcas no corpo da vítima, inclusive podendo ocasionar até a morte”. (Brasil, 2004)

É fundamental a proteção de crianças e adolescentes de atos que possam prejudicar o seu desenvolvimento, em vista disto, foi sancionada em 26 de junho de 2014, a lei nº 13.010, mais conhecida como Lei Menino Bernardo, que alterou o

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) para “estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos, de tratamento cruel ou degradante”. (Brasil, 2014). A referida Lei, além de estimular a educação sem o uso da violência, determina a capacitação de profissionais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes na prevenção, identificação e no enfrentamento de todas as formas de violência.

No que concerne à violência psicológica, consiste em “ações que colocam em risco ou causa danos ao bem-estar emocional, saúde mental e à autoestima. Manifesta-se de múltiplas formas, como na discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes, não reconhecimento de suas qualidades”. (Brasil, 2004).

Em relação à violência sexual, é todo ato que estimule sexualmente crianças e adolescentes, com intenção de satisfação sexual. Pode ocorrer em uma variedade de situações como: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia entre outros. Especialmente na infância, “os principais agressores são pessoas do convívio familiar, se não a própria família, como companheiros/companheiras da mãe/pai, avós/avôs, tias/tios”. (Brasil, 2004).

Importante ressaltar que a Lei nº 12.015/2009, que trata sobre Crimes contra a Dignidade Sexual, considera como Crime de Estupro de Vulnerável, independentemente do sexo da vítima, qualquer tipo de relacionamento sexual (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) com crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos. É crime também a prática de tais atos diante de menores de 14 anos ou a indução a presenciá-los.

E a negligência, que se caracteriza pelas omissões por parte dos adultos pais, responsáveis, instituições, de prover o necessário para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Inclui a falta de alimentação, de higiene, privação de medicamentos, falta de atendimento à saúde e à educação. A forma mais grave da negligência é o abandono. (Brasil, 2004).

É importante salientar que uma criança ou um adolescente pode ser afetado por mais de um tipo de violência, principalmente em situações mais graves. Por exemplo, uma criança que sofre violência sexual e também psicológica em casa.

Diante do exposto, deve-se reforçar que a violência não é consequência direta da pobreza, apesar de constantemente associada a ela. A violência advém da maneira como “as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e

equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos” (Abramovay, 2002, p.14).

A violência intrafamiliar é usada para “impor limites” às crianças e adolescentes ou como forma de “ensinar”, os pais e responsáveis acreditam estar agindo de forma correta porque foram ensinados dessa maneira e por isso reproduzem esses comportamentos. A equipe psicossocial da escola tomava conhecimento dessa forma de violência através de relatos dos profissionais, de amigos ou colegas da vítima ou através das próprias vítimas. A violência intrafamiliar se apresenta de diferentes formas como fisicamente através de palmadas, surras que em alguns casos deixaram marcas visíveis de hematomas pelo corpo, na violência sexual praticada por um membro da família, onde, por vezes os outros familiares não acolhiam a vítima, e mantinha em segredo a situação do abuso. Na violência psicológica através de chantagem emocional, cobrança por notas altas, nas diferentes formas de negligência como falta de cuidados em relação a higiene, falta de acompanhamento médico e de afeto eram bem comuns no ambiente escolar.

3.3.1.2 Violência escolar

Essa violência se manifesta através de diversos atos, e atinge diferentes atores, dentre eles alunos, gestores, docentes, pais de alunos ou responsáveis, e outras pessoas da comunidade escolar, podem ser tanto vítimas como perpetuadores da violência escolar. A escola também sofre violência, como por exemplo quando sofre vandalismo, da mesma forma que é autora quando é negligente com as violências que ocorrem neste espaço.

A violência escolar pode ocorrer em diferentes locais, não apenas no espaço físico da escola, como em sala de aula, corredores, banheiros, assim como no ambiente virtual, utilizando-se desta ferramenta para atacar e desestabilizar as vítimas. Pode ser cometida durante o deslocamento e entorno da escola, em passeios, atividades externas. Pode ser classificada em física, psicológica/moral, sexual, patrimonial e negligência. Além do bullying, cyberbullying e o trote violento.

Embora atinja diferentes atores, alguns indivíduos e grupos (mulheres, negros, LGBTQIA+, pessoas com deficiência entre outros) são mais vulneráveis à violência no contexto escolar (UNESCO, 2019).

Dentre os fatores de risco relacionado a ocorrência da violência no meio escolar a OMS (2022) aponta:

- Fatores Individuais: impulsividade, baixa autoestima e uso de álcool e/ou outras drogas.
- Fatores Familiares: cuidados parentais deficitários, baixa coesão familiar e violência intrafamiliar.
- Fatores Escolares: estrutura escolar precária, ausência de regras de convivência claras e práticas pedagógicas abusivas.
- Fatores Sociais: desigualdade social, cultura patriarcal, sexismo, racismo e individualismo.

São apontadas algumas consequências da violência escolar por diversos autores, como a falta de interesse em permanecer frequentando a escola, estresse, ansiedade e outros transtornos psicológicos, assim como transtornos alimentares. Essa violência é também uma das principais causas do fracasso escolar, da infrequência e da evasão.

Além de afetar o processo de ensino aprendizagem e a convivência nas escolas, a violência escolar compromete a saúde e o bem-estar dos indivíduos (UNESCO, 2019).

Dentre as medidas apontadas para a prevenção da violência escolar, na cartilha educativa (2021) se destacam: oferecer informações sobre esse tipo de violência a toda comunidade escolar; promover oficinas, projetos, palestras e cursos sobre o assunto, incentivar práticas respeitadas no ambiente escolar; oferecer suporte e apoio aos envolvidos em situações de violência; denunciar a violência através dos canais disponíveis.

O enfrentamento à violência nas escolas no Brasil tem sido objeto de leis específicas, as apresentadas a seguir:

Lei nº 13.185/2015: Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo território nacional (BRASIL, 2015).

Lei nº 13.277/2016: Cria o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola (BRASIL, 2016).

Lei nº 13.663/2018: Inclui entre as atribuições das escolas a promoção da cultura da paz e de medidas de enfrentamento a todos os tipos de violência (BRASIL, 2018).

Lei nº 14.164/2021: Cria a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher e inclui o tema de violência contra a mulher nos currículos da educação básica (Brasil, 2021).

A participação da comunidade escolar é fundamental para construção do enfrentamento da violência nas escolas, seja através de ações de prevenção, pautadas no diálogo e respeito às diferenças ou denunciando as violências.

A violência no meio escolar é considerada corriqueira, e frequentemente usada por estudantes na “resolução de conflitos”, manifesta-se inicialmente através de ameaças, xingamentos, ofensas ou como forma de “brincadeira” que podem ou não evoluir para a violência física. As motivações são diversas, brigas por causa dos jogos, pelo futebol, por apelidos, bullying, cyberbullying, encarar ou esbarrar mesmo que sem querer pelos corredores, podendo ocasionar brigas violentas. Evidenciou-se através da observação que durante o período de estágio da autora, que a violência verbal e a violência física eram as que mais acometiam os estudantes na escola.

3.3.1.3 Infrequência e evasão

Compreende-se como infrequência escolar a ausência injustificada do aluno à escola, e a evasão escolar é o fato de o aluno que está matriculado deixar de frequentar a escola, caracterizando o abandono escolar.

O fracasso escolar é entendido por duas abordagens, através de fatores externos à escola, e a outra, de fatores internos.

Os motivos para a evasão escolar ou infrequência são diversos, como a necessidade do trabalho para auxiliar na renda familiar, desmotivação por parte de alunos e professores, problemas sociais, baixa qualidade do ensino.

De acordo com Ferreira (2001, p.2), podem-se classificar esses fatores da seguinte forma:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficientes, ausência de motivação, etc.

Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problemas de saúde, gravidez, cognição e etc.

Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos.

Social: trabalho com incompatibilidade de horário para estudos, agressão entre os alunos, violência, necessidade de renda.

A evasão ocorre em razão da soma desses fatores e não necessariamente de apenas um, identificar o problema é importante para conseguir o retorno do aluno à escola.

As estratégias de enfrentamento são variadas e contam com intervenções de diferentes profissionais, ocorrem a partir de visita domiciliar para identificar os motivos, ligações telefônicas, articulação com a política de assistência social, notificação ao conselho tutelar entre outras.

Observou-se que a infrequência e a evasão na escola estavam associadas ao cuidado dos irmãos mais novos para os responsáveis irem ao trabalho, na necessidade dos estudantes em trabalhar, na perda de vínculo com a escola, à dificuldade de chegar à escola em dias chuvosos por morarem em áreas de difícil acesso como em ocupações ou em morros, à falta de roupas adequadas para enfrentar o frio, desestímulo por parte dos estudantes de ir à escola por conta da realidade vivenciada como a falta de renda da família, de água, luz, alimentação.

3.3.1.4 Saúde mental

No que se refere à saúde mental, a Organização Mundial da Saúde (OMS) a define como “um estado de bem-estar físico, mental e social, na qual o indivíduo sente-se bem consigo e nas interações com outras pessoas”.

Os alunos que apresentam problemas de saúde mental, geralmente têm dificuldades em lidar com as emoções, têm pensamentos e ideias inadequadas, bem como comportamentos que levam ao isolamento ou a problemas na interação social. Esses comportamentos acabam gerando dificuldades de se integrar na comunidade, e, especialmente, na escola.

A saúde mental é determinada por vários fatores: genéticos, biológicos e também fatores ligados ao ambiente em que vivem, como os vínculos afetivos, a privação de cuidados, a educação, relacionamento com pessoas.

Alguns estudos apontam que o enfrentamento desses problemas vai além de fatores biológicos, sendo o conhecimento do contexto sociocultural de grande importância (Tanaka; Ribeiro, 2009; Nakamura; Barbarini, 2019), pois nele podem se revelar eventos de vida estressantes associados a relações conflituosas, a aspectos ambientais, socioeconômicos e dificuldades de acesso a serviços fundamentais ao bem-estar das crianças, como a saúde e educação (Silva *et al.*, 2020).

Segundo informações do relatório mundial da saúde mental da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) quase um bilhão de pessoas vivem com algum transtorno mental em 2019. Considerando as idades escolares, 7,6% das crianças entre 5 e 9 anos tinham problemas nesse sentido. Entre 10 e 13 anos, eram 13,5%. Já com os adolescentes entre 15 e 19 anos, 14,7% enfrentavam algum transtorno de saúde mental.

A escola é vista como um espaço estratégico na implementação de políticas de saúde pública para crianças e adolescentes, e para ações de prevenção e promoção da saúde, previstas na Constituição Federal de 1988. Considerando que a escola concentra a maior parte da população de crianças e adolescentes do país, por grande parte do dia.

O número de atendimentos realizados pela equipe do serviço social da escola relacionados a saúde mental dos estudantes é crescente e chamam a atenção, são constantes os casos de ansiedade na hora das provas e apresentação de trabalhos, tal como a tristeza por problemas familiares e por término de namoros e amizades, muitas crianças e adolescentes demonstram apatia, falta de motivação, desinteresse em socializar e fazer amizades, isolamento, assim como casos mais graves de automutilação e depressão. A maior dificuldade encontrada por esses profissionais nesses atendimentos, se refere às demandas reprimidas dos encaminhamentos feitos aos serviços de saúde do município, onde os usuários estão precisando do atendimento e não conseguem acessar por diversas razões, principalmente os atendimentos psicológicos e oftalmológicos.

3.3.2 Ações da equipe multiprofissional

Com o objetivo de colaborar com a produção de conhecimento sobre a prática profissional do serviço social na área da educação, busca-se compartilhar a experiência profissional da equipe multiprofissional do Marista Escola Social São José.

Como parte da sociedade, as expressões da questão social se refletem na escola e podem dificultar a permanência e o sucesso dos estudantes. Situações como as condições socioeconômicas, falta de moradia, desemprego, alimentação, afetam a vida de crianças e adolescentes no ambiente escolar.

A escola é um espaço de diversidade, onde pessoas de diferentes histórias e realidades se encontram. Por isso, é natural que existam ou surjam problemas de

relacionamento entre alunos, professores e demais colaboradores. Esses problemas não podem ser ignorados ou tratados de forma superficial, pois podem agravar e causar danos significativos aos envolvidos.

No ambiente escolar podem ser encontradas variadas demandas, entre elas estão as diversas formas de violência: física, sexual, psicológica, a negligência, violência escolar, bullying, cyberbullying, entre outras.

O estudo socioeconômico se constitui como uma competência do assistente social, expresso na Lei nº 8.662/1993 que dispõe sobre o exercício da profissão. Em seu artigo 4º, inciso XI afirma que é competência do assistente social “realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (Brasil, 1993).

Utilizar-se desta ação profissional é uma estratégia para intervir na realidade dos usuários da Instituição, visando uma mudança no contexto em que estão inseridos, o conhecimento dos sujeitos com quem se está lidando, dá clareza às ações a serem desenvolvidas e visam um fazer profissional mais qualificado.

Mioto (2009) afirma que, conhecer e analisar as demandas dos usuários das políticas sociais requer posição direcionada à garantia de direitos e ao compromisso com a classe trabalhadora, confrontando perspectivas focalizadas e seletivas.

O trabalho em equipe multidisciplinar é uma abordagem que envolve profissionais de diferentes áreas de atuação que se reúnem para compartilhar conhecimentos e habilidades a fim de alcançar um objetivo comum. No contexto da educação, o trabalho em equipe multidisciplinar pode envolver assistentes sociais, professores, psicólogos, enfermeiros, pedagogos, entre outros profissionais.

A equipe multidisciplinar pode ser definida como: um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipe assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e resultados. (Zurro; Ferrerex; Bas, 1991, p. 29).

A partir disso, a equipe multiprofissional da escola Marista escola social São José, composta por três assistentes sociais e um psicólogo, pensou em ações durante o período de estágio da acadêmica no ano de 2022 e 2023, como e-mail

formativo⁵ para os profissionais da escola com diversas temáticas, para maior entendimento, combate e prevenção de temas relacionados às demandas apresentadas a equipe do serviço social, reuniões semanais com o conselho da comunidade escolar, formação com a rede socioassistencial com o tema: escuta especializada, seminário aberto ao público com a temática experiências práticas da psicologia e do serviço social na educação básica.

Ocorreram além disso, formações com os estudantes com temas como: campanha 18 de maio, violações de direitos, assim como reuniões de representantes de turma que contaram com eleições e combinados de convivência.

Desempenha-se na escola, o controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão com infrequência ou em risco de evasão. Através de chamadas telefônicas e mensagens eletrônicas para os responsáveis, visitas domiciliares e registros no Programa de Combate à Evasão Escolar – APOIA. O Programa de Combate à Evasão e Infrequência Escolar (APOIA), foi criado pelo Ministério Público de Santa Catarina em 2001, visa garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 18 anos incompletos, para que concluam todas as etapas da Educação Básica - seja na rede Estadual, Municipal, Federal ou particular de Ensino, promovendo o regresso com qualidade à escola daqueles que abandonaram os estudos sem concluí-los integralmente. (Ministério Público, 2001).

Os dados sobre saúde mental foram levados para reunião intersetorial que ocorreu no primeiro semestre do ano de 2023 na instituição, para serem discutidos entre diferentes profissionais do território, como da saúde, educação e assistência social. Contaram com representantes do CAPSi, UBS, CRAS, ambulatório trans, entre outros.

Todas essas ações contribuíram para que os estudantes, famílias e comunidade escolar, conhecessem e reconhecessem o trabalho realizado pelo serviço social e psicologia na escola, e sua importância na área da educação.

As contribuições dadas à população usuária acompanhadas pela acadêmica durante o estágio no ano de 2022 e 2023, referem-se: a melhoria do acesso,

⁵O e-mail formativo ocorre de forma mensal na escola, com o objetivo de trabalhar temas atuais e que perpassam o cotidiano escolar, como por exemplo: existe relação ente violência sexual e o ambiente escolar, que impacto geramos em projetos de vida de estudantes trans, quais condições atravessam a vida das mulheres brasileiras. Além disso, conta com indicações da equipe psicossocial de livros, filmes e séries relacionados ao tema. Através do e-mail é disponibilizado um link com um formulário, onde é possível avaliar o conteúdo, sugerir algum assunto, compartilhar como se sentiu lendo o e-mail, e possíveis implicações a partir do tema como a utilização de dados em sala de aula ou para a ampliação do conhecimento.

permanência e qualidade do ensino; a prevenção de situações de risco; a participação e o envolvimento das famílias e da comunidade na vida escolar; a promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes; ao fortalecimento do diálogo entre a escola, a família e a comunidade; ao desempenho escolar dos alunos, por meio de ações que promovem a inclusão, a equidade e a aprendizagem; ao acesso à direitos sociais, como à saúde, educação, assistência; à participação dos sujeitos nos processos decisórios da escola; ao conhecimento da realidade social dos alunos.

Assim sendo, o assistente social pode contribuir de forma significativa para a garantia da educação como um direito social e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, atuando de forma intersetorial e multiprofissional nas escolas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto até aqui, o Serviço Social no âmbito da Educação não é algo novo, tem sua inserção por volta da década de 1940, mas é a partir da década de 1990 com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, e o reconhecimento da educação como direito social na Constituição Federal de 1988, que essa inserção fica cada vez mais pertinente.

As expressões da questão social se refletem de diferentes formas na vida da população, e inclusive na infanto-juvenil. Como o dificultado acesso à saúde, desemprego, violência intrafamiliar, desigualdade social, baixa escolaridade dos pais e/ou responsáveis, entre outros. Essas questões apresentadas afetam o ensino aprendizagem e podem gerar: faltas excessivas, evasão escolar, insubordinação a regras, desestímulo para frequentar a escola.

A realidade apresentada pelos alunos é complexa, necessitando do trabalho de profissionais de diferentes áreas, inclusive dos assistentes sociais. Esses profissionais possuem as habilidades e competências necessárias para atuar nas questões que ultrapassam a prática pedagógica e influenciam no desenvolvimento dos alunos e de todos os envolvidos no espaço escolar.

Sendo assim, fica evidente a necessidade do trabalho de assistentes sociais na área da educação, de forma multidisciplinar e intersetorial no enfrentamento desta realidade, visto que a instituição escolar é considerada um espaço ideal para se desenvolver ações preventivas e educativas.

O CFESS (2001) discorre sobre a colaboração dos assistentes sociais no campo educacional, e aponta para uma intervenção desenvolvida por diferentes profissionais.

A contribuição do serviço social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta seja por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva. (CFESS, 2001, p. 12).

Diante disso, a escola necessita da contribuição de profissionais de diversas áreas, incluindo o serviço social, que oferece uma leitura e intervenção diferenciadas

da questão social, em suas expressões, que podem afetar a aprendizagem, visando contribuir para o pleno desenvolvimento dos alunos.

A inserção do assistente social na área da educação nos impõe o desafio de construir uma intervenção qualificada, alinhada ao código de ética profissional (1993), que defende o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

A experiência de estágio que ocorreu entre setembro de 2022 e junho de 2023 no Marista Escola Social São José foi muito rica para a formação acadêmica, na apreensão de conhecimento e para a construção deste trabalho. Esta experiência propiciou o conhecimento de diferentes realidades que os estudantes, suas famílias e os profissionais da escola trazem para o ambiente escolar. Portanto, o Serviço Social colabora para a garantia do direito à educação, quando identifica as problemáticas sociais que afetam crianças e adolescentes e para a melhoria das condições de enfrentamento da vida escolar.

Com os resultados dessa pesquisa se espera contribuir para a atuação de profissionais e estagiários de diferentes áreas do conhecimento que atuam na política da educação, como serviço social, psicologia, pedagogia, incluindo a área da gestão.

Apresentar a contribuição do serviço social na área da educação, a partir da experiência vivenciada no estágio, possibilitou promover reflexões e debates sobre este tema, com vistas ao aperfeiçoamento da prática e de ações nesta política, assim como enfatizar a importância da equipe multiprofissional em se articular com diferentes áreas do conhecimento, na luta por uma educação gratuita, democrática e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida. **O Serviço social na Educação**. Revista Inscrita. Nº. 6. Brasília: Cortez, 2000, p.19. Acesso em: 20 set. 2023.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2011. 182 p. Acesso em: 05 set. 2023.

ANDRADE, Alzair Augusto de Almeida de; CARVALHO, Roseane Albuquerque Araújo de; ROCHA, Islania Lima da. **A DEMANDA PELO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**. In: **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Acesso em: 18 set. 2023.

ANDRADE, Laís Melo de. ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Revista Brasileira de Educação Básica RBEB**.

ARPINI, Dorian Mônica; Soares, Adriane Cristine Oss-Emer; Bertê, Lidiane; Dal Forno, Cristiano. A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. **Psicologia em Revista**, v. 14, n. 2, p. 182-196, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em: 04 jun. 2023.

_____. Código de Ética profissional do/a Assistente Social. **Lei 8662/93** de regulamentação profissional. Disponível em: <[L8662](#)>. Acesso em: 19 nov.2023.

_____. **Lei nº 14.164**, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm>. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. **Lei nº 13.663**, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <[L13663](#)> Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: <[L13935](#)>. Acesso em: 19 nov.2023.

_____. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <[L8069](#)> Acesso em: 20 set. de 2023.

_____. **Lei nº 13.277**, de 29 de abril de 2016. Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[L13277](#)>. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. **Lei nº 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[L13185](#)> Disponível em: <[L13185](#)>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 296 p.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Acesso em 01 nov. 2023.

CAMPOS, Edval Bernardino; FIGUEIREDO, Kênia Augusta; Maria Elisa dos Santos Braga; MESQUITA, Marylucia; MOLLER, Daniela; ALMEIDA, Janaina Loeffler de; PEREIRA, Jurema Alves; MELO, Luciana Lisboa Menezes de; VIEIRA, Rita de Cássia de Moraes da Silva. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO: subsídios para o debate sobre serviço social na educação**. Brasília: 2011. 63 p. Acesso em: 05 set. 2023.

CARVALHO, W. S., & Anjos, D. F. IFPB. **Violência Escolar: Conhecer para Prevenir**. João Pessoa, 2021. Disponível em: <[Violência Escolar Conhecer para Prevenir.pdf](#)>. Acesso em: 31 de out. 2023.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CFESS. **Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Caderno 4. Brasília (DF), 2023, p. 09-105. Disponível em: <[CADERNO 4](#)>. Acesso em: 09 dez. 2023.

CFESS GT (Org.). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2011b. Disponível em: <[Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação](#)>. Acesso em: 25 set. 2023.

_____. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: Cfess, Cress, 2011. 65 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. (Org.). **Psicólogos(os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica**: orientações para regulamentação da lei 13.935/2019 -versão 2021. Brasília: Conselho Federal de Psicologia / Conselho Federal de Serviço Social, 2021. 53 p. Disponível em: <[conselho federal de serviço social gt de educação](http://www.conselho.federal.de.servico.social.gt.de/educacao)>. Acesso em: 25 set. 2023.

COUTO, M.C.V, Duarte CS, Delgado PGG. A saúde mental infantil na saúde pública brasileira: situação atual e desafios. **Rev. Brasileira de Psiquiatria** 2008;30(1):384-389.

ESTANISLAU, G. M. Bressan, R. A. (Orgs.) 2014. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. "**Evasão Escolar**". Promotor de Justiça de São Paulo (2013). Disponível em: <https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:6YhsWyeUVSAJ:scholar.google.com/+evas%C3%A3o+escolar+luiz+antonio+miguel+ferreira&hl=ptBR&as_sdt=0.5>. Acesso em 02 nov.2023.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr., 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Graciano, M. I. G. (2013). **Estudo socioeconômico: um instrumento técnico-operativo**. In **Anais**. Bauru: Universidade de São Paulo, Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/60d533e6-fbb8-42a4-965d-b1733ac5376a/2422790.PDF>>. Acesso em: 01 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KRUG, E. G. et al. Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

LOPES, Eleni de Melo Silva. Serviço Social e educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Unesp, 2012. 271 p. Disponível em: <[Educação e serviço social](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2023.

_____. Eixo 3 - A Escola: o reatamento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social. CÉLIA MARIA DAVID (Org.). **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 216-236. Disponível em: < Desafios contemporâneos da educação >. Acesso em: 19 nov. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. In: **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

MIOTO, R. C. T. **Estudos socioeconômicos**. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência Intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O social em Questão**, n. 28, p. 13-25, 2012.

NASCIMENTO, Patrícia Lima do. SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTOS NORMATIVOS-LEGAIS NA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO NO BRASIL. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, p. 114-128, 2018.

NAKAMURA, E.; BARBARINI, T. Comportamentos infantis problemáticos, perturbadores e não conformes: conceitos e demandas de cuidado relacionados à agitação em crianças em Santos e Campinas, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 12-26, 2019.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Saúde Mental: Transformando a Saúde Mental para Todos**. Genebra; 2022.

Organização e gestão das políticas sociais no Brasil: **desafios da gestão democrática das políticas sociais**. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Política Social**. Brasília, DF, UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 3, p.59-70, 2000.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <A construção do perfil do assistente social no cenário educacional> Acesso em 19 nov. 2023.

_____. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, v.18, n. 2, p. 182-206, 2009. Disponível em: < SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: OLHARES QUE SE ENTRECruzam > Acesso em: 06 set. 2023.

Programa de combate à evasão escolar – APOIA. Site www.mpsc.mp.br/, 2021. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/programas/apoia>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

Projeto Político Pedagógico. Colégio Marista São José. Marista Escolas Sociais. Grupo Marista. –1. Ed. – São José/SC: 2022. Acesso em: 1 set. 2023.

PROVÍNCIA MARISTA DO RIO GRANDE DO SUL. **Serviço social na educação: perspectivas e possibilidades.** Porto Alegre: CMC, 2012. 80 p. Acesso em: 05 set. 2023.

SILVA, J. S. et al. Os determinantes sociais do sofrimento mental infantil. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 164-169, 2020.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação: uma questão em debate.** Interface, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005.

Silva Neta, Marina Felisbela da. Conquista do serviço social na educação: uma discussão sobre a lei 13.935/2019. Universidade Federal de Alagoas, 2022. Acesso em: 21 out. 2023.

UNESCO. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial.** Brasília, DF, 2019. Acesso em 01 nov. 2023.

VON DENTZ, Marta; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 121, p. 7-31, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social](#)> Acesso em: 14 set. 2023.

WITIUK, I. L. **A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

ZURRO, A. M; FERREROX, P.; BAS, C. S. **A equipe de cuidados de saúde primários:** manual de cuidados primários. Lisboa: Farmapress, 1991.

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA DE DADOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
 CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE – CEP 88040-900 – FLORIANÓPOLIS/SC
 TELEFONE +55 (48) 3721-9540 / 3721-3800
 dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

DE: Acadêmica Caroline Bueno Peffer – Curso de Serviço Social UFSC
 PARA: Sr. Danuzio Brandelero – Diretor – Marista Escola Social São José

Solicito a V.Sa. autorização para consulta a dados e informações disponíveis nos arquivos do sistema Mannesoft Prime, referentes aos alunos de 6º ao 9º ano, no período de setembro de 2022 a junho de 2023, que foram atendidos no setor psicossocial, com a finalidade de compor o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso a ser elaborado pela acadêmica Caroline Bueno Peffer, matrícula 16201363, vinculada ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pela Profa. Eliete Cibele Cipriano Vaz, com o objetivo geral de analisar os dados do perfil socioeconômico dos estudantes atendidos, referentes à: motivo da procura pelo setor; cor/raça; loteamento de moradia; renda familiar; além de consulta ao Projeto Político Pedagógico do Marista Escola Social São José, a fim de fazer a contextualização da instituição.

Certas do atendimento, agradecemos antecipadamente.

Florianópolis, 11 de outubro de 2023.



Documento assinado digitalmente
ELIETE CIBELE CIPRIANO VAZ
 Data: 11/10/2023 16:33:41-0300
 CPF: ***.253.438-**
 Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Eliete Cibele Cipriano Vaz
 Orientadora



Documento assinado digitalmente
CAROLINE BUENO PEFFER
 Data: 16/10/2023 15:27:43-0300
 CPF: ***.311.679-**
 Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Caroline Bueno Peffer
 Acadêmica

Danuzio Brandelero
 Diretor Geral
 Colégio Marista e Marista São José